

INCÊNDIOS

Roberto Rodrigues*

Não é a primeira vez que isso acontece na história, mas há uma perigosa insatisfação geral no ar pelo mundo a fora. Movimentos distintos pipocam em todos os cantos sob a forma de greves, manifestações nas ruas com violência eventual resultando em mortos e feridos; confrontos, agressões e destruição acontecem aqui e ali.

Incerteza, insegurança, injustiça, frustração com governos, judiciários, parlamentos e líderes tíbios da sociedade civil, desemprego, corrupção, concentração da renda, fome, desinformação, guerras, entre uma centena de outros fatores estão por trás dessa, digamos, infelicidade geral. Que acontece em todos os níveis. Desde bombardeios de países até desentendimentos no interior das famílias, passando por amizades e lares destruídos, instituições conflagradas, academia perplexa e confusão midiática. E tudo mergulhado em debates muitas vezes superficiais em milhares de eventos em que se chocam ideologias contrárias, ofensas são atiradas com radicalismo, e diferenças de interpretação dos fatos ficam evidentes, induzindo propostas inconciliáveis que realimentam as idiosincrasias.

Há um “incêndio social” muito mais grave que os ocorridos na Amazônia sul-americana no inverno passado ou os que estão acontecendo agora na Austrália. E não existe “chuva” política distribuída universalmente para apagá-lo. Governos e instituições vão perdendo a capacidade de eliminar os rastilhos desses fenômenos e, pior, muitas vezes contribuem para alimentá-los.

Em nome de interesses específicos de nações ou de setores econômico-sociais, todo um arcabouço de entendimentos globais destinado ao desenvolvimento humano equilibrado que vem sendo construído a duras penas durante décadas vai sofrendo ataques episódicos, gerando um neo-protecionismo isolacionista excludente e perigoso. Embora imperfeito, até porque não acabado, o arcabouço do bom relacionamento entre os povos corre o risco de ser atropelado pela escalada da incompreensão que vai erodindo o papel moderador dos grandes organismos multilaterais, como a própria ONU. E colocando em risco a Democracia.

Afinal, que valores básicos foram se perdendo com o passar do tempo? Foi o humanismo que secou? Teria a humanidade trocado o espírito da solidariedade pelo materialismo? A religião estaria se afastando dos homens e mulheres? Ou as sucessivas promessas não cumpridas pelos poderosos e seus representantes teriam derretido a confiança, elemento basilar para o relacionamento humano e desenvolvimento das sociedades?

Aparentemente há um menor protagonismo da igreja, da escola e da família na valorização do coletivo, em benefício do individualismo. E os valores vão sendo alterados sem que isso seja estabelecido por nenhum poder. A disputa entre os conceitos fundamentais da liberdade e da igualdade, esgrimidas pela Direita e pela Esquerda, como caminhos do desenvolvimento, vão sendo atropelados por comportamentos tão inovadores quanto revolucionários: “o valor não é ter, é usar”.

Toda essa confusa mistura de questões está a chamar à responsabilidade as lideranças legítimas das nações e instituições. É preciso apagar o “incêndio” dos ódios e ressentimentos que alimentam toda sorte de iniquidades. Para isso, é absolutamente fundamental que a Justiça funcione na plenitude, desde o nível universal até o cotidiano dos bairros e das casas.

É tempo de revisitar a célebre Teoria Tridimensional do Direito criada por Miguel Reale, que demonstra que o “fenômeno jurídico decorre de um fato social, recebe inevitavelmente uma carga de valoração humana antes de tornar-se norma. Assim, Fato,

Valor e Norma, em seus diferentes momentos, mas interligados entre si, explicam a essência do fenômeno jurídico” (como diz Everaldo Tadeu Q. Gonzalez). Em outras palavras, um determinado acontecimento (fato) é avaliado pela sociedade (valor), daí surgindo a lei ou o regulamento quanto a ambos (norma). Ora, os fatos vão acontecendo, muitas vezes em repetição cíclica da história, mas os valores podem ser diferentemente determinados pela sociedade, o que levaria a mudanças na legislação e na sua aplicação. Para "explicar" a diferença temporal de avaliação da sociedade sobre determinado fato repetido ao longo da história, vai o exemplo do "direito de propriedade", basilar para o desenvolvimento econômico. Hoje há uma discussão a respeito da prevalência desse direito sobre a função social da propriedade rural, que inclusive está tratado na Constituição de 1988. Esse novo entendimento do valor do direito de propriedade no campo exige clareza de normação e de aplicação jurídica contemporânea que não destrua a possibilidade de progresso da nação, ou ainda mais, que não possa representar um rastilho incendiário de caráter ideológico. O fundamental, portanto, é a restauração da confiança na Justiça e de seu compromisso com valores construtivos, sem o que não haverá limites para o “incêndio” que vai crescendo...

*** Roberto Rodrigues - Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**